

Rousseau e a Literatura Infantil

Ivanor Luiz Guarnieri¹
Marta Camilo da Silva Guarnieri²

Resumo

A Filosofia e a Literatura são propícias à criação e à difusão de ideias. No século XVIII, entre essas ideias, estão as do conceito de criança e de caracterização do universo infantil. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) é um dos principais teóricos desse século. Seu trabalho contempla questões educacionais expressas, principalmente, na obra *Emílio*: ou da educação. Esta obra é dividida em cinco capítulos. Cada capítulo discorre sobre um período da vida de crianças e jovens, cobrindo um total de 25 anos. A Literatura Infantil é uma das questões tratada por Rousseau nessa obra, pois ela é parte indissociável da educação das crianças. Contudo, Rousseau deprecia a Literatura, não a recomendando para o ensino do Emílio. Quais as razões dessa crítica à Literatura Infantil? O fundamento de suas críticas deve ser buscado no contexto de suas ideias filosóficas, seja de ordem política, seja de ordem moral. Em sua filosofia, encontraremos a concepção de homem natural, vivendo no estado de natureza. O estado de natureza é uma hipótese de trabalho com a qual Rousseau procura mostrar, por comparação, os males da sociedade, entre os quais o da desigualdade civil, que torna uns poderosos e outros fracos; a propriedade, que torna alguns ricos e outros pobres; a política, que gera tiranos e servos. Para esse filósofo, o homem social (que vive em sociedade) age de modo superficial e afastado do modo como a natureza o fez. A Literatura Infantil, em especial as fábulas de Esopo, analisadas por Rousseau, reforçariam os interesses mais vis do homem civil e, com isso, abafariam o homem da natureza que ainda existe no interior da criança. O fundamental para sua filosofia da educação é evitar que os males da vida social entrem no educando. Eis a razão de sua crítica à Literatura Infantil.

Palavras-chave: educação; Filosofia; Literatura Infantil; Rousseau.

¹ Mapa Cultural, Centro Interdisciplinar de Estudos em Cultura e Artes – UNIR. Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento da Educação Básica - UNIOESTE.

² Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento da Educação Básica – UNIOESTE.

Rousseau and the children's literature

Abstract

Philosophy and literature are conducive to the creation and dissemination of ideas. In the 18th century, these are the ideas of the concept of the child and of the infant universe. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) is one of the main theorists of this century. His work includes educational issues expressed mainly in the work *Emílio: or education*. This work is divided into five chapters. Each chapter discusses a period of life of children and young people, covering a total of 25 years. The children's literature is one of the issues dealt with by Rousseau in this work, because it is an integral part of the education of children. However, Rousseau belittles the Literature, not recommended for the teaching of *Emílio*. What are the reasons for this criticism of children's literature? The Foundation of their criticism should be sought in the context of his philosophical ideas, whether political, moral order. In your philosophy, we find the concept of natural man, living in the State of nature. The State of nature is a working hypothesis which Rousseau seeks to show, by comparison, the evils of society, among which the inequality which makes a powerful civil and other weak; the property, which makes some rich and others poor; the policy, which generates tyrants and slaves. For this philosopher, the man (who lives in society) Act so shallow and clear the way nature made it. The children's literature, in particular the Aesop's Fables, analyzed by Rousseau, would strengthen the most vile interests of man and civil abafariam the man of nature that still exists within the child. The key to your philosophy of education is to prevent the evils of social life get in the educating. This is the reason of your criticism of children's literature.

Keywords: education; Philosophy; Children's Literature; Rousseau.

1 Introdução

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) é um filósofo nascido em Genebra, mas que fez sua carreira na França. Ele viveu num século revolucionário, pois o século XVIII foi marcado pela política que levou à Revolução Francesa e também pela revolução de ideias que ficou conhecida como Iluminismo. Nas palavras de Jean Le Rond d’Alembert (1717-1783), “uma sociedade de letrados tentou fazer para o nosso século e para os próximos aquilo que censuramos, com razão, não terem nossos ancestrais feito por nós. O plano da *Encyclopédia* surgiu com esta perspectiva” (D’ALEMBERT, 1994, p. 7). Sendo ele e Denis Diderot os editores da *Encyclopédie*, ou *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, d’Alembert viveu o clima de criação intelectual de seu tempo. Também Rousseau viveria esse clima tendo, inclusive, contribuído para a *Encyclopédia* com verbetes sobre música e economia.

O Iluminismo não se resume à *Encyclopédia*, claro. O século XVIII viu nascer obras capazes de revolverem o campo das ideias, como as de Kant, Hume, Leibniz, Adam Smith, Alexander Gottlieb Baumgarten. Este último, com suas meditações sobre Estética, trazia novos ares aos estudos das artes. Desse século, Jean-Jacques Rousseau se destaca pela fecundidade de sua filosofia, pela clarividência de algumas de suas proposições. Sua escrita elegante chamou a atenção críticos, pois, “como observa Sainte-Beuve, Rousseau foi um renovador da língua francesa” (LOUSADA, 1948, p. 4). O conjunto de suas obras, das quais a mais conhecida é *Do contrato social*, mostra um pensador fecundo e polêmico. Essa obra e *Emílio*: ou da educação foram queimadas em Paris e Genebra por ordem das autoridades, que viam nelas graves atentados à ordem e à religião.

A carreira de escritor de Jean-Jacques Rousseau não é feita apenas de ideias filosóficas. Suas contribuições aos estudos da ética e da filosofia política são os pontos mais conhecidos. Mas há um aspecto a ser destacado em seus escritos que vai além da argumentação filosófica, que é o dado literário. Este se desdobra em, pelo menos, dois pontos: primeiro, a escrita do romance *Júlia ou a nova Heloísa* (ROUSSEAU, 1994); segundo, o belo estilo de seus escritos que acompanha quase todas as suas obras. Sobre essa beleza, vale lembrar que o próprio Rousseau reconhecia seu estilo como próximo ao poetizado. Tal reconhecimento é explícito no seu livro *Cartas escritas da montanha* (ROUSSEAU, 2006). Por meio desta obra, Rousseau se defendia das afirmações feitas pelo genebrino Jean Tronchin, que o acusava de desrespeitar a religião com a obra *Do contrato social* e com o *Emílio*. De fato, no *Emílio*,

[...] ao pregar uma religião natural, não revelada, mas imposta por um ‘sentimento interior’, pela ‘consciência’, ao pregar a existência de Deus, atingido pelo coração, sem necessidade de ritos, alarma crentes e ateus, católicos e protestantes (MORETTO, 1986, p. 7).

Os genebrinos eram protestantes, os parisienses eram católicos. Destes últimos, o arcebispo de Paris, Christophe de Beaumont, escreveu uma carta pastoral pela qual condenava a leitura das duas obras de Rousseau e até mesmo sua posse.

Quanto aos genebrinos, Tronchin, que era procurador-geral da república de Genebra, no mesmo ano da carta pastoral de Beaumont, 1762, também faz uma publicação pela qual ele, Tronchin, acusava as obras de Rousseau. Este chegou a ser declarado *persona non grata* em sua própria terra natal. Como Tronchin intitulou o libelo que publicou

contra Rousseau de “Cartas escritas do campo”, Rousseau, por sua vez, intitulou sua defesa de “Cartas escritas da montanha”. Nestas, afirma o filósofo: “que aqui não se busque, no estilo utilizado, a compreensão pela aridez da matéria. Aqueles que ficaram muito irritados com alguns traços felizes de minha pena encontrarão com que se acalmar nestas cartas” (ROUSSEAU, 2006, p. 140). Temeroso de que o estilo acabasse por encobrir os argumentos, Rousseau se dirige aos leitores pedindo que fiquem atentos mais à matéria e menos à forma de suas cartas: “Peço aos leitores que deixem meu belo estilo de lado e apenas examinem se raciocinei bem ou mal” (ROUSSEAU, 2006, p. 141). Talvez alguns leitores tenham tentado ‘esquecer’ seu estilo, mas a crítica literária ficou atenta a ele, como se depreende das observações de Fulvia Moretto:

Criando o homem moderno, Rousseau é, portanto, o ponto de partida do movimento romântico. E este, ao reunir racionalidade e irracionalidade, ao recompor a unidade fundamental do homem, ultrapassa as definições apressadas e fáceis de alguns manuais de literatura. (MORETTO, 1986, p. 16-17).

O universo filosófico traçado por Rousseau implica contatos e entrelaçamentos com inúmeros aspectos do humano. Como sabemos, a literatura é um desses pontos de contato dela própria com a filosofia iluminista. Rousseau não foge à regra; pelo contrário, adensa-a, a ponto de ser visto como um dos propulsores do Romantismo. Apesar dessas nuances e variações que indiciam o campo fértil de estudos passíveis de serem realizados sobre sua literatura, o recorte de nosso trabalho pretende observar no *Emílio* como se dá sua própria crítica filosófica a respeito da Literatura Infantil.

Para compreender a ligação entre a filosofia de Rousseau e sua crítica às fábulas, é preciso considerar os vetores de seu discurso filosófico. Por isso, citamos: no *Discurso sobre a desigualdade*, a

concepção de homem da natureza anteposto ao homem civil; na obra *Emílio*: ou da educação, a formação do homem natural para viver em sociedade. Este último é o objetivo educacional do *Emílio*, o que implica o cuidado com a literatura e, por conta desse cuidado, encontramos as queixas de Rousseau contra as fábulas. Começamos pela ideia de homem da natureza contraposto ao homem civil.

2 O homem da natureza

Em 1753, Rousseau responde à questão proposta pela Academia de Ciências, Artes e Belas Letras de Dijon, a saber: “qual é a origem da desigualdade entre os homens, e é ela autorizada pela lei natural?” (ROUSSEAU, 1991, p. 215). No texto que resultou no livro *Discurso sobre a desigualdade*, Rousseau defende que a sociedade foi criada a partir do desenvolvimento do pensamento racional do homem e que, possivelmente, haveria, antes da sociedade, um estado de natureza. Sendo assim, esse estado estaria situado num período anterior à racionalização das coisas, anterior à criação do Estado (política) e da propriedade (economia).

Dessa forma, para Rousseau, a humanidade teria passado por estágios de desenvolvimento cujos desdobramentos levaram à desigualdade. Há dúvidas, até mesmo em Rousseau, sobre se esse estado de natureza de fato existiu. Ele próprio afirma:

Não constitui empreendimento trivial separar o que há de original e de artificial na natureza atual do homem, e conhecer com exatidão um estado que não mais existe, que talvez nunca tenha existido, que provavelmente jamais existirá, e sobre o qual se tem, contudo, a necessidade de alcançar noções exatas para bem julgar de nosso estado presente (ROUSSEAU, 1991, p. 228).

A intenção de compreender os mecanismos da sociedade na qual prepondera a desigualdade faz Rousseau questionar sobre o homem. No *Discurso sobre a desigualdade*, visando compreender o homem em sociedade, Rousseau se vale de uma hipótese de trabalho: a concepção de um suposto estado de natureza. Aliás, esse conceito de estado de natureza não é dele, mas dos filósofos jusnaturalistas para os quais sua crítica política se voltou, mas deles retirou concepções que fundamentam sua filosofia. Para Rousseau, como foi visto na citação anterior, é a partir da hipótese de um estado afastado da sociedade, no qual o homem viveria única e exclusivamente segundo os ditames da natureza, que se pode ter noções dos males atuais. É também pela comparação entre esse estado e a sociedade que se poderia compreender o homem social. O homem da natureza é criado por Rousseau como alguém destituído dos recursos e das características do homem civil. Em outras palavras, como o homem civil vive em sociedade, ele tem linguagem, concorda com a ideia de propriedade etc. O homem da natureza não teria nada disso, pois viveria só, sem linguagem, numa terra sobre a qual tudo era de todos, sem a menor ideia de propriedade privada.

Nessa fundamentação hipotética, de que o homem vivia num estado tal, que se classifica como natural, ele não teria apego aos bens, sem vícios, o homem não distinguia o que é certo do que é errado, ou seja, o bem e o mal, pois seguiria apenas as leis da natureza. Contudo, graças aos progressos da razão, devido à perfectibilidade, o homem criou a civilização. A civilização é fator responsável por afastar o homem do estado de natureza, mas a civilização só foi possível graças à perfectibilidade, que é a capacidade humana de aprimorar-se. Eis o motor da educação em seus desdobramentos desde priscas eras.

O homem vivia do seu meio e do que a natureza lhe oferecia, “vida puramente animal, limitada às sensações puras, ‘e com muita

dificuldade aproveitando-se dos dons que lhes oferecia a natureza” (ARBOUSSE-BASTIDE; MACHADO, 1997, p. 21). Mesmo com os primeiros progressos da razão, haveria liberdade, todos seriam iguais e viveriam de forma harmoniosa. Com o tempo, e com a chamada civilização, o homem teve contato e/ou desenvolveu as artes, as ciências e o conhecimento. Segundo Rousseau, essas três criações acabaram por corromper o homem e afastaram-no do estado natural.

O conhecimento, para Rousseau, era para poucos, e isso gerava danos ao homem e, conseqüentemente, a desigualdade. Rousseau tem na natureza a base na qual busca os princípios de moral, de liberdade. Para ele, a sociedade corrompe esse estado. Esse estado de natureza, com o tempo, passou a exigir formas de defesa, devido às disputas pelo espaço e pela sobrevivência. O aumento populacional levou o homem a buscar novos lugares para se alimentar e para sobreviver. Acontecimentos que levaram à invenção de novas formas de sobrevivência, como a pesca, a caça, o fogo, a fabricação de vestuários, foram “invenções **[que]** suscitam a percepção confusa de novas relações, a formação de uma consciência orgulhosa da superioridade humana sobre os animais” (ARBOUSSE-BASTIDE; MACHADO, 1997, p. 21, grifo nosso).

Do ponto de vista das relações entre pessoas, à medida que se conhecem, os homens passam a ter interesses comuns, “ligam-se as primeiras manifestações da língua universal, dos gestos e dos gritos que, às vezes, se completam por algumas articulações convencionais” (ARBOUSSE-BASTIDE; MACHADO, 1997, p. 22). Esses desdobramentos serão estudados por Rousseau em outra obra, **Ensaio sobre a origem das línguas**, na qual, fiel a seu sistema filosófico, o autor defenderá que “a primeira invenção das palavras não vem das necessidades, mas das paixões” (ROUSSEAU, 1991, p. 163).

No encadeamento de acasos que fizeram o homem sair do estado de natureza, existem vários momentos, mas o momento da criação da propriedade é decisivo. Contudo, a propriedade não é o primeiro motor da desigualdade, já que ela está

Dependendo de muitas ideias anteriores que só poderiam ter nascido sucessivamente, não se formou repentinamente no espírito humano. Foi preciso fazer-se muitos progressos, adquirir-se muita indústria e luzes, transmiti-las e aumentá-las de geração para geração, antes de chegar a esse último termo do estado de natureza”. (ROUSSEAU, 1991, p. 259-260).

É, contudo, a propriedade privada o fator que tira definitivamente o homem do estado de natureza. Ela é fonte de cobiça, de guerras e de mil males sociais. Como a questão proposta pela Academia de Dijon diz respeito à desigualdade, Rousseau responde que, dos dois tipos de desigualdade, a natural é a menos prejudicial, pois não torna os homens muito desiguais. Quanto à outra, a desigualdade na sociedade, é causada pelos próprios homens e os faz muito desiguais. Entre outras coisas, a riqueza permite que os ricos morram por excessos de comida e que os pobres definham por causa das carências alimentares.

É o problema da desigualdade em sociedade que preocupa Rousseau e que o fará pensar num sistema político, a partir do seguinte problema expresso em *Do contrato social*: “Quero indagar se pode existir, na ordem civil, alguma regra de administração legítima e segura, tomando os homens como são e as leis como podem ser” (ROUSSEAU, 1991, p. 21).

A solução do problema da legitimidade, da eficácia do Estado e da lei justa (questões em torno das quais gravitam as perquirições políticas expressas em *Do contrato social*) tem como fundamento a Vontade Geral. Segundo ele, a Vontade Geral é distinta da Vontade de todos:

“Há comumente muita diferença entre a vontade de todos e a vontade geral. Esta se prende somente ao interesse comum; a outra, ao interesse privado e não passa de uma soma das vontades particulares” (ROUSSEAU, 1991, p. 46). É a velha máxima do bem comum visada pela boa política que transparece na intenção dos argumentos apresentados por Rousseau. *Do contrato social* visa à sociedade política; *Emílio* visa à formação do homem; os dois aspectos, sociedade e indivíduo, se complementam em seus escritos. A intenção, aqui, não é pormenorizar a problemática política desse filósofo, mas situar as questões nas quais o trato dado por ele à Literatura Infantil faz sentido.

Vejamos, então, no *Emílio*, como Rousseau pensa a educação por meio da Literatura Infantil. Para tanto, é preciso seguir o método negativo de abordagem, qual seja, a partir do que Rousseau rechaça, devemos anotar o que poderia ser mais proveitoso em termos de ensino literário.

3 O *Emílio* e as fábulas

As reflexões de Rousseau sobre educação devem ser entendidas no conjunto de suas ideias. O personagem principal de *Emílio*: ou da educação é um menino imaginado por Rousseau. Emílio representa a pessoa humana e o modo como esta deveria ser educada segundo um método pedagógico baseado na natureza. Essa educação é dividida em cinco etapas, que vão do nascimento até os 25 anos, quando Emílio estaria pronto para casar-se com Sofia. Essas cinco etapas (a saber: do nascimento aos dois anos, dos dois aos 12 anos, dos 12 aos 15 anos, dos 15 aos 20 e, finalmente, dos 20 aos 25 anos) correspondem aos cinco livros da obra *Emílio*: ou da educação.

Notamos em *Emílio* a presença das ideias políticas e morais desenvolvidas por Rousseau em outras obras. De modo denso, a figura do homem da natureza serve de apoio à construção do personagem Emílio, que deverá ser educado do modo mais próximo possível dos ditames da natureza para ser um homem civil, mas sem os vícios da sociedade. Tais presenças revelam o caráter sistêmico das reflexões de Rousseau, mas, às vezes, fica encoberto pelo brilho de sua prosa poética, já aludido anteriormente.

Nas cinco partes de *Emílio*: ou da educação, mesclam-se assuntos de vários matizes: como alimentar o bebê; como ensinar os conceitos de liberdade e propriedade de modo natural; a profissão do Emílio, marceneiro, pois precisa, embora seja rico, aprender a valer-se das mãos para o trabalho. Além desses pontos, o menino deverá se preparar para o amor e ter uma religião natural, entre outras tantas questões que cercam o ambiente educacional do aluno. As abordagens dos vários assuntos denotam o tom comum a todos eles, qual seja, a preocupação em ligar a vida social e as relações com o mundo, do aluno, com a formação da pessoa humana. Essa pessoa é o Emílio, cujas disposições emocionais e reflexivas o colocam como alguém que se confronta com os vícios da sociedade. O que Rousseau propõe com seu método é atingir um duplo objetivo: “Para mim, basta que em toda parte onde nasceram homens se possa fazer deles o que proponho; se tenha feito o que há de melhor, tanto para eles próprios quanto para os outros.” (ROUSSEAU, 2004, p. 06).

A felicidade é um tema caro para Rousseau, e ela pode ser alcançada pela educação, já que tudo dela depende. O objetivo da educação é formar o homem capaz de realizar a dupla tarefa de aprender a cuidar de si e a cuidar do outro. Isso está de acordo com a ideia de que todos os seres vivos buscam, em primeiro lugar, a proteção de si mesmo; em segundo lugar, para Rousseau, esse amor de si mesmo deve ser

estendido como amor para com a humanidade, ou seja, tornar-se compaixão. A educação pela natureza preconizada pelo filósofo genebrino não deve falhar na formação do aluno para esse duplo objetivo. Ora, a definição de homem dada por Rousseau o considera um animal sensível: “Apesar do que dizem os moralistas, o entendimento humano muito deve às paixões, que, segundo uma opinião geral, lhe devem também muito. É pela sua atividade que nossa razão se aperfeiçoa” (ROUSSEAU, 1991, p. 244). Essa afirmação, extraída do *Discurso sobre a desigualdade*, opõe-se ao que preconiza a tradição filosófica baseada em Aristóteles. Ou seja, se, para Aristóteles, o homem é um animal racional e político, *politikón zoon*, para o filósofo de Genebra, o ser humano é, antes mais nada, um ser de sensibilidade, e não há nada que prove ser ele um animal político (social). O homem não nasce social, torna-se social.

A definição de homem como animal sensível tem implicação direta na educação, pois o preceptor deve, então, procurar fazer o aluno sentir, antes de raciocinar. Isso implica que as lições não se reduzam a discursos, mas sim que sejam demonstrações que levem o aluno a perceber, por si, o funcionamento da natureza das coisas.

Ora, como o estado de natureza não existe mais e o homem já nasce em sociedade, é preciso educar o Emílio para o convívio social. A sociedade é má, cheia de problemas de toda ordem. Então, como educar a criança, preparando-a para viver em tal sociedade? A resposta está no método adotado: pela natureza, como educação negativa. Em outras palavras, respeitando, no processo de formação humana, aquilo que é conforme a natureza, que seja “a primeira educação [...] puramente negativa. Consiste não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em proteger o coração contra o vício e o espírito contra o erro” (ROUSSEAU, 2004, p. 97). Por isso, na idade da razão, dos 2 aos 12 anos, o conselho de Rousseau é: “não deis a vosso aluno nenhum tipo

de lição verbal. Ele deve receber lições somente da experiência” (ROUSSEAU, 2004, p. 94). Esse é um ponto relevante para a crítica da Literatura Infantil, como veremos mais adiante. Sigamos para os aspectos da literatura destinada às crianças criticados por Rousseau.

Sobre a estrutura do ensino no *Emílio*, a segunda fase corresponde às idades de 2 a 12 anos. Nesse período, iniciam-se as questões de educação moral. Para a formação do personagem Emílio, o preceptor (que é o próprio Rousseau, que se torna personagem narrador) estará atento ao problema da linguagem, pois o método pedagógico na natureza implica ensinar a verdade. Até os 12 anos, “nas primeiras operações do espírito, sejam os sentidos sempre seus guias: nenhum livro além do livro do mundo, nenhuma instrução a não ser a dos fatos. A criança que lê não pensa, só lê; não se instrui, aprende palavras” (ROUSSEAU, 2004, p. 216). O Emílio aprenderá a ler somente quando sentir a necessidade de aprender. O primeiro livro do Emílio será *Robinson Crusoé*, pois o adolescente, por volta dos 12-13 anos, precisa ter uma educação intelectual, porém não deslocada da vida prática. Crusoé é o que mais se aproxima da profissão de marceneiro e das atividades manuais a serem aprendidas pelo aluno pensado por Rousseau.

Apesar dessas restrições à leitura, Rousseau prevê o contato da criança com a literatura. Já que a criança não sabe ler até os 12 anos, supomos que isso se dê por meio do que se chama hoje de contação de histórias (MORAES, 2012; MACHADO; ROCHA, 2011; MORAES; GOMES, 2012; SANTOS; CAMPOS, 2016). Isso pode ser deduzido da vida do filósofo, já que o próprio Rousseau entrou em contato com a literatura por esse meio, como ele declara nas *Confissões*: até os 5 ou 6 anos, seu pai lia para ele (ROUSSEAU, 1948, p. 10-11).

É interessante observar que o século do Iluminismo revolucionou ideias. É no século XVIII que a Literatura Infantil despontava como um

tipo de literatura específica para crianças. Isso se deu devido ao conceito de criança criado graças, inclusive, ao próprio Rousseau. É o que se depreende de suas recomendações, como a que preceitua: “é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança” (ROUSSEAU, 2004, p. 74). Mais adiante, reafirma que “a natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens” (ROUSSEAU, 2004, p. 91). Sendo assim, haveriam tipos de textos que, embora existam desde os antigos, se mostram mais indicados para a criança, segundo se pensava. É o caso das fábulas, como as de Esopo (620 a 564 a.C.) e as de La Fontaine (1621-1695).

É justamente pensando sobre esses escritos recomendados para as crianças que Rousseau escolhe uma fábula de La Fontaine para analisar, em especial, o contexto moral nela expresso. A fábula por ele escolhida é a seguinte, conforme consta no *Emílio*:

O corvo e a raposa
Fábula
Mestre corvo, sobre uma árvore pousado,
Segurava com o bico um queijo.
Mestre raposo, pelo odor atraído,
Disse-lhe aproximadamente estas palavras:
Olá! Bom dia, senhor corvo!
Como sois bonito! Como pareceis belo!
Sem mentir, se vosso canto
Correspondesse à vossa plumagem,
Seriéis a fênix dos hóspedes destes bosques
A estas palavras, o corvo fica louco de alegria
E, para mostrar sua bela voz,
Ele abre um bicão e deixa cair sua presa.
O raposo o pega e diz: Meu bom senhor,
Aprendeí que todo adulator
Vive à custa de quem o escuta.
Esta lição vale um queijo, sem dúvida.
O corvo, envergonhado e confuso,
Jurou, mas um pouco tarde, que não o pegariam mais.

Jurou. (ROUSSEAU, 2004, p. 129-132).

A fábula em apreço se mostra contrária ao modo natural de falar que cerca as crianças no dia a dia, ao menos aos olhos de Rousseau. Por isso, podemos dividir sua crítica a partir de alguns critérios por ele utilizados.

Primeiro, a questão linguística, pois, já no primeiro verso, o filósofo genebrino se queixa que a expressão “sobre uma árvore pousado” fere o modo como se fala naturalmente. Para ele, deveria ser “pousado sobre uma árvore” (ROUSSEAU, 2004, p. 129). Noutro verso, “como sois bonito! Como pareceis belo”, há o problema da redundância, que afetaria a formação do aluno, pois, “ao ver repetir-se a mesma coisa com palavras diferentes, a criança aprende a falar de modo frouxo” (ROUSSEAU, 2004, p. 130).

Na crítica mais relevante para os propósitos da educação, em *Emílio*, Rousseau aponta os problemas de ordem moral que se escondem na fábula. No terceiro verso, “Mestre raposo, pelo odor atraído”, a questão colocada pelo filósofo é que, além de aparecer mais um mestre, o raposo é caracterizado como mestre do mau, já que seu ofício na fábula é enganar o corvo. Para contornar esse problema, ele sugere que seja distinta a natureza do raposo daquilo que é apenas criação literária. Mas, sabendo do inconveniente de ter que responder a outras perguntas para a criança que, curiosa, questionaria o porquê de separarmos aquilo que é prosa daquilo que é verso, pensa que não vale a pena insistir em fábulas contrárias à natureza das coisas.

No quinto verso, “Olá! Bom dia, senhor corvo!”, segundo Rousseau, o termo “senhor”, que deveria ser reservado para uso respeitoso, torna-se “título que a criança vê cair no ridículo, antes mesmo de saber que se trata de um título de nobreza” (ROUSSEAU, 2004, p. 130). Essa observação poderia ser feita também a respeito da

palavra “mestre”, já que é atribuída a dois animais, um deles, astuto, e outro, feito de tolo.

Como a mentira é um problema moral da maior gravidade, ela não passa despercebida por Rousseau. No verso “Sem mentir, se vosso canto”, ele questiona enfaticamente: “Então, mente-se algumas vezes? Como ficará a criança se lhe ensinardes que o raposo só diz ‘sem mentir’ porque está mentindo?” (ROUSSEAU, 2004, p. 131). Esse verso toca diretamente no tema bastante debatido em meados do século XVIII, no teatro, na igreja, nos jornais (STAROBINSKI, 2011, p. 13), e era importante para Rousseau. Já no *Discurso sobre as ciências e as artes*, ele aponta a distância entre o ser e o parecer, quando afirma: “como seria doce viver entre nós, se a contenção exterior sempre representasse a imagem dos estados do coração” (ROUSSEAU, 1978, p. 335). A filosofia de Rousseau debate seguidamente os males da vida social, entre os quais o da falsidade, que faz as pessoas agirem fora de si mesmas, no sentido de que o ser e o parecer se mostram muito distantes um do outro.

Associada à mentira está a falsidade, que parece transbordar na análise que Rousseau faz da fábula de La Fontaine, pois, se *Robinson Crusóé* é visto como adequado para os adolescentes, para as crianças, as fábulas recebem a reprovação de Rousseau, que questiona: “se é a criança de dez anos que devemos ensinar que há homens que bajulam e mentem em proveito próprio” (ROUSSEAU, 2004, p. 132). Ora, para evitar que os males entrem no coração do aluno, é necessário prevenir que as crianças ouçam tais histórias.

É difícil colocar-se no lugar da criança, mas é possível compreender que, pelo amor-próprio, elas preferem colocar-se no lugar dos que se saem melhor. Ora, o amor-próprio é um sentimento natural, de autopreservação, e não é possível contrariar a natureza dos desejos e dos sentimentos. Por isso, embora não seja fácil se colocar no lugar das

crianças, é perfeitamente possível aquilatar que elas queiram assumir partido do raposo, pois este se mostrou mais esperto e saiu-se melhor, mesmo que tenha usado da falsidade. A lição moral, de que não devemos mentir e enganar para obter vantagens, poderia ser ensinada por meio de discurso, mas já vimos que Rousseau desaconselha sermões, pouco produtivos quando a criança observa algo mais palpável, que foi o ganho do raposo e o vexame do corvo.

A respeito da distância entre o que a criança vê na natureza e o modo como a fábula representa as coisas naturais, Rousseau vê problema na própria forma das fábulas. Ao questionar o verso quatro, “disse-lhe aproximadamente estas palavras”, Rousseau pergunta: “Então, será que os raposos falam? E falam a mesma linguagem que os corvos” (ROUSSEAU, 2004, p. 130). Essa observação do filósofo pode nos causar estranheza, já que em literatura os animais não só falam como, nas fábulas, devem falar. Mas é preciso não perder de vista os propósitos do *Emílio*, que é o de afastar do aluno tudo que possa representar a superficialidade e os vícios da sociedade; para isso, faz-se necessário, segundo Rousseau, valer-se da educação negativa. Obviamente que as fábulas contêm expressões e ideias que não são mera reprodução da realidade factual. De todo modo, esse afastamento da realidade parece danos aos olhos do filósofo de Genebra.

O sentido das palavras também não deixa de ser notado por Rousseau, que condena o uso de termos pouco comuns para as crianças de seu tempo. As palavras “mestre”, “corvo”, “queijo”, a maneira rebuscada do texto de La Fontaine, a inverossimilhança da história, tudo parece motivo de crítica para esse pensador. O verso que diz “seríeis a fênix dos hóspedes destes bosques” recebe de Rousseau a observação de que a criança não saberia dizer o que é uma fênix, talvez nem mesmo explicando que se trata de uma figura da mitologia antiga, pois, com isso, seria necessário explicar o que é mitologia, e a aula cairia num

mundo fantasioso demais para os propósitos traçados para uma educação pela natureza. Além disso, a expressão “hóspede destes bosques” tem um sentido figurado que confere apenas, para o Rousseau, a intenção do raposo adulator em atingir seus objetivos às custas da vaidade do corvo.

Não é possível dizer exatamente que tipo de leitura fazer com crianças menores de 12 anos, a partir da crítica às fábulas de La Fontaine. Mas é possível dizer que, para Rousseau, elas não devem figurar no rol de assuntos da educação pela natureza preconizada por ele.

4 Considerações finais

Hoje, 250 anos depois da publicação do *Emílio*, pode parecer estranha a crítica à fábula de La Fontaine. Mas, no contexto do século XVIII, quando os conceitos de infância e de Literatura Infantil começavam a se firmar, vemos um filósofo bastante preocupado com a condição humana. Essa preocupação é explícita no *Discurso sobre a desigualdade*, no qual declara que “o mais útil e o menos avançado de todos os conhecimentos humanos parece-me ser o do homem” (ROUSSEAU, 1991, p. 228). Preocupação que reaparece no *Emílio* (ROUSSEAU, 2004, p. 15): “nosso verdadeiro estudo é o da condição humana”. Para estudar essa condição, Rousseau cria um ser imaginário, chamado de homem da natureza, e coloca, nele, todas as características que o afastam daquelas do homem que vive em sociedade. Desse modo, se o homem social é ganancioso, mentiroso, falso, bajulador, o homem da natureza viveria apenas segundo as leis do instinto e dos sentidos. Cria também um aluno imaginário, Emílio, pelo qual procura

desenvolver os preceitos de educação capazes de formar, segundo ele, um homem melhor.

O problema é que não existe mais (se é que um dia existiu) o estado de natureza em seu estado puro. Então, é preciso criar um sistema político e um sistema educacional que sejam compatíveis com o atual estado de vida social. O primeiro, para resolver as questões de Estado; o segundo, para formar cidadãos capazes e úteis para si mesmos e para os outros. Essa educação seria possível se fosse tomado aquilo que é natural no homem e o ampliasse em sociedade. É natural no ser humano o amor-próprio. Então, este deve ser estendido como compaixão para com os demais seres humanos. Para que esse intento educacional de Rousseau se realize, pensa ele que é preciso afastar do aluno tudo aquilo que o conduza em direção aos males sociais. Numa palavra, evitar que o aluno aprenda a ser ganancioso, mentiroso, falso, bajulador; enfim, evitar que adquira os vícios da sociedade.

É no contexto dessas ideias que se torna possível compreender a posição de Rousseau acerca da Literatura Infantil, notadamente da fábula de La Fontaine, que ele rejeita.

Então, o que se depreende da abordagem desse filósofo a respeito do assunto é que o melhor é esperar que o personagem que representa o aluno, ou seja, o Emílio, espere uma carta de um ente querido, uma tia, por exemplo, e, desejando lê-la, não o consiga. Então, por vontade própria, procurará os meios para aprender a ler. Quando Emílio aprender a ler, sua primeira obra literária será *Robinson Crusóé*, de Daniel Defoe (2005). A escolha dessa obra, por Rousseau, faz sentido no conjunto de suas ideias, pois, apesar de Crusóé já ser civilizado, encontra-se em uma ilha na qual terá de fazer uso de suas mãos para poder sobreviver. Sua situação o coloca afastado dos compromissos sociais e das comodidades da vida em sociedade. Nesse sentido, seu exemplo é capaz de reforçar no aluno os conhecimentos e as estratégias

típicas dos que vivem próximos da natureza, portanto, do modo mais natural e menos afetado pelo ambiente social, bem ao gosto de Rousseau.

Referências

ARBOUSSE-BASTIDE Paul; MACHADO, Lourival Gomes. Análise sistemática do discurso. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Ensaio sobre a origem das línguas. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1997. p. 7-27.

DEFOE, Daniel. *Robinson Crusóe*. Tradução da Editora. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

LOUSADA, Wilson. Romance e autobiografia. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *As confissões*. Tradução Wilson Lousada. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1948. p. 1-4.

MACHADO, Ana Maria; ROCHA, Ruth. *Contando histórias, formando leitores*. Campinas, SP: Papirus, 7 Mares, 2011.

MORAES, Fabiano. *Contar histórias: a arte de brincar com as palavras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MORAES, Fabiano; GOMES, Lenice (Org.). *A arte de encantar: o contador de histórias contemporâneo e seus olhares*. São Paulo: Cortez, 2012.

MORETTO, Fúlvia Maria Luiza. Introdução. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Os devaneios do caminhante solitário*. Tradução de Fúlvia Maria Luiza Moretto. Brasília: Editora da UnB, 1986.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Cartas escritas da montanha*. Tradução de Maria Constança Peres Pissarra et. al. São Paulo: EDUC, UNESP, 2006.

_____. *Discurso sobre as ciências e as artes*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *Do contrato social*; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Ensaio sobre a origem das línguas. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

_____. *Emílio: ou da educação*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Júlia ou a nova Heloísa*. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da Uncamp, 1994.

SANTOS, Fábio Cardoso; CAMPOS, Ana Maria Antunes (Org.) *A contação de histórias: contribuição à Neuroeducação*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.